

## PROVA ESCRITA GERAL

**TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS  
MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.**

**DIREITO ADMINISTRATIVO  
01 de junho de 2003**

### QUESTÕES

#### **1ª QUESTÃO: (30 pontos)**

Com a população assolada por um surto epidemiológico de grandes proporções, o Governador do Estado X ordena o desenvolvimento de um programa urgente de vacinação e de combate aos vetores da enfermidade.

Acionada, a sua assessoria o adverte de que esse projeto não poderá ser implementado, porquanto o artigo 167, I da Constituição impede o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual, como é o caso, ainda porque o Governador não tem suporte constitucional para editar Medida Provisória e se os contratos neles previstos viessem a ser celebrados, seriam todos anulados.

Adverte-o, mais, a assessoria, de que a terceirização da aplicação de vacinas, como vem no programa, é substitutiva de servidores e, por isso, vedada, por ultrapassar os limites de gastos de pessoal permitidos pela Lei Complementar 101/2000.

Como apreciaria o candidato esses óbices e fundamentaria seu pronunciamento como Procurador do Estado?

#### **2ª QUESTÃO: (40 Pontos)**

Associação de Consumidores dirige ao Governador do Estado recurso contra decisão de entidade reguladora de serviços públicos, alegando que o ato foi proferido em única instância, sem prévia audiência pública, sem pareceres técnicos suficientes e contrariamente aos princípios estabelecidos na lei instituidora da entidade.

Consultada a Procuradoria Geral do Estado sobre o cabimento do recurso, emita a sua opinião.

#### **3ª QUESTÃO: (30 pontos)**

Em ação de desapropriação indireta, o ente público alega que usucapiu, após mais de 20 (vinte) anos de uso ininterrupto, a faixa de uma servidão de passagem de pedestres, que, por ato administrativo, veio a ser

convertida em logradouro público, por isto que descaberia o pleito indenizatório. Opine sobre a alegação.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Dissertação

As prerrogativas da Fazenda Pública no processo de conhecimento (procedimento comum).

#### 2ª QUESTÃO: (30 pontos)

A revelia afasta a incidência do parágrafo 2º do artigo 515 do Código de Processo Civil?

#### 3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Rejeitados os embargos do devedor na execução fiscal, pode este propor ação anulatória do débito, invocando fundamento(s) jurídico(s) não alegado(s) nos embargos?

### DIREITO CONSTITUCIONAL

#### 1ª QUESTÃO: (60 pontos)

#### EMENDA CONSTITUCIONAL, DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO.

Disserte objetivamente sobre o tema, abordando os seguintes tópicos:

Distinção entre direito adquirido e expectativa de direito;

Possibilidade de controle de constitucionalidade de emenda à Constituição;

Sentido e alcance do termo *lei* no inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição da República

#### 2ª QUESTÃO: (40 pontos)

Em ação declaratória de constitucionalidade julgada procedente, o Supremo Tribunal Federal considerou válido determinado dispositivo legal. Indaga-se: se vier a ser posteriormente ajuizada ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o mesmo dispositivo legal, pode o Supremo Tribunal Federal voltar a se pronunciar sobre a matéria?

### DIREITO CIVIL E COMERCIAL

#### 1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Responda se são simples ou empresárias:

Uma sociedade limitada que tenha por objeto a criação de gado e crie 5.000 cabeças em uma área de 10.000 hectares no estado de Mato Grosso do Sul;

Uma sociedade anônima que tenha por objeto a prestação de serviços médicos;

Uma sociedade limitada que tenha por objeto a prestação de serviços de auditoria.

#### 2ª QUESTÃO: (30 pontos)

O direito privado brasileiro admite a revisão judicial dos contratos?

#### 3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Um prisioneiro do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro falece acometido de pneumonia. A viúva propõe ação de responsabilidade civil contra o Estado, sob o fundamento de que a este cabia zelar pela integridade física de seu marido. Assiste-lhe razão?

### DIREITO TRIBUTÁRIO

#### 1ª QUESTÃO: (50 pontos)

Quais são as diferenças entre interpretação, integração e correção de antinomias no direito tributário?

#### 2ª QUESTÃO: (50 pontos)

Empresa "A" teve lavrado contra si auto de infração no qual se exigiu ICMS incidente sobre saídas de mercadorias de seu estabelecimento comercial. Após discussão da legitimidade do crédito tributário na esfera administrativa, foi ele considerado devido, em caráter definitivo, sendo inscrito na dívida ativa estadual. Antes do ajuizamento da execução fiscal, a empresa "A" aliena imóvel, único bem de sua propriedade passível de penhora em execução fiscal. Como pretende participar de procedimento licitatório aberto pela União, requer a empresa "A", ao Fisco Estadual, a expedição de certidão negativa de tributos, tendo em vista tratar-se de documento indispensável à sua participação na licitação.

Diante de todo o enunciado, responda fundamentadamente:

A – a alienação de imóvel pelo contribuinte pode ser considerada como realizada em fraude à Fazenda Pública?

B – o contribuinte tem direito à expedição de certidão positiva com efeitos negativos?

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

### **1ª QUESTÃO: (40 pontos)**

Aplica-se à Empresa Pública que dependa do erário para suas despesas de pessoal reajuste salarial validamente estabelecido em convenção coletiva de trabalho? Responda fundamentadamente.

### **2ª QUESTÃO: (40 pontos)**

Em reclamação trabalhista em que o reclamante, empregado de empresa que recebeu do Estado, via contrato de concessão, a operação de serviço público anteriormente prestado por Sociedade de Economia Mista, a reclamada denuncia a lide a empresa antecessora e esta chama ao processo o Estado do Rio de Janeiro. Na condição de Procurador, apresente seus argumentos de defesa do Estado.

### **3ª QUESTÃO: (20 pontos)**

Faça a distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho.